



Índice

- 01** Índios ocupam prédio da Funasa em Salvador
- 02** Dilma se alinha com ruralistas em questão de terras indígenas
- 03** Alves e frente ruralista vão debater demarcação de terras indígenas com Temer
- 04** Estudo da Embrapa demonstra que presença indígena em 15 áreas do Paraná é uma fraude. Ou: Como trabalha a Funai
- 05** Indígenas permanecem em área de fazenda em MS, diz Funai
- 06** Terras indígenas em MT podem alcançar tamanho do Estado do PR
- 07** Lideranças indígenas questionam submissão de estudos de demarcação à Embrapa
- 08** Povo Paiter Surui pode criar a primeira universidade indígena Brasileira
- 09** Governo do Estado debate educação indígena em encontro na Capital
- 10** Professores de escolas indígenas participam de encontro
- 11** Polícia Federal está a caminho de Fazenda e pode haver confronto com indígenas
- 12** Funai diz que situação é tensa, mas nega que índios estejam armados

Índios ocupam prédio da Funasa em Salvador

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 15.05.2013



Um grupo de índios ocupa desde a manhã desta quarta-feira (15) um prédio da Funasa, no bairro da Graça, em Salvador. Eles protestam contra a posse do índio Jerry Matalauê para a presidência da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada à Funasa, na capital baiana, informa o G1. Os manifestantes reclamam que a nomeação foi feita sem que as bases das comunidades indígenas na Bahia fossem consultadas. O cacique Aracatiba, da Aldeia Biriba, disse que "nós estamos encaminhando documentos para o ministro para mudar a nomeação ou tomar uma decisão após consultar a base". Ainda de acordo com o G1, o cacique afirma que os índios não querem indicar ninguém para o cargo, hoje é ocupado por Nanci Figueiredo. "Eles só querem alguém que se preocupe com o povo e que não tenha ligação com a política", declarou Aracatiba. Participam do protesto índios ligados às tribos Pataxó-hã-hã-hãe, Pataxó Tupinambá, Trucá e Papararé, que prometeram seguir para a sede da Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), na tarde desta quarta.



Dilma se alinha com ruralistas em questão de terras indígenas

SÍTIO BOL, 15.05.2013

BRASÍLIA/SÃO PAULO, 15 Mai (Reuters) - A presidente Dilma Rousseff determinou que o governo pare de desapropriar terras agrícolas para a criação de novas reservas indígenas, segundo fontes oficiais, em uma decisão que tem profundas implicações para o país.

O Brasil destinou nas últimas décadas 13 por cento do seu território para tribos indígenas. Vastas áreas adicionais, inclusive áreas valorizadas para a produção de soja, carne, açúcar e outros produtos, estão sob consideração para possíveis novas transferências.

A política já foi considerada como uma das mais progressistas do mundo, mas nos últimos meses vinha causando crescentes atritos, pois milhares de agricultores foram expulsos das terras que cultivavam, em alguns casos havia décadas.

Dilma tem frequentemente favorecido mais os interesses ditos "desenvolvimentistas" do que as preocupações mais humanitárias, e agora acredita que a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi longe demais na sua atribuição de determinar quais terras devem ser reservadas aos índios, segundo duas fontes governamentais graduadas.

Dilma orientou o governo a evitar a aprovação de novas demarcações de terras indígenas no futuro próximo, segundo as duas fontes, que falaram à Reuters sob anonimato.

Solicitações já encaminhadas serão estudadas com maior rigor do que antes, e isso terá como consequência uma dramática desaceleração na criação de novas terras indígenas, segundo essas fontes.

"Ela decidiu fazer o que for possível para blindar os agricultores", disse uma fonte. "É uma mudança total."

A nova diretriz do governo facilita a expansão do cinturão agrícola do país, importante motor da prosperidade nas últimas décadas e fonte importante de matérias-primas para a China, o Oriente Médio e outras regiões.

A sucessão de fatos que levou à nova postura começou em 29 de abril, quando Dilma faria um discurso aparentemente rotineiro em Mato Grosso do Sul.

Quando ela subia ao palanque em Campo Grande, muitos dos 2.000 agricultores presentes começaram a vaiá-la. A presidente pareceu instantaneamente surpresa e então conseguiu sorrir.

"Gente, eu acho bom vocês gritarem... Democracia é isso aí", disse Dilma, enquanto muitos presentes continuavam a vaiá-la. "Não tem problema, não."

CONT.



Reservadamente, porém, Dilma ficou perturbada.

"O que foi aquilo?", perguntou ela ao deixar o palanque, segundo um assessor presente.

Ela exigiu para a manhã seguinte um relatório sobre o que tanto incomodava a multidão. Em uma semana, a política governamental mudou.

RISCO DE MORTES

As tensões entre agricultores e índios existem há anos, mas explodiram nos últimos meses, quando os dois grupos, por diferentes razões, pleiteiam mais terras.

Cerca de 0,4 por cento da população brasileira é oficialmente considerada indígena, embora uma proporção muito maior tenha sangue índio. A Constituição de 1988 garante aos índios os "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" e diz que o Estado é responsável por demarcá-las.

Sucessivos governos cumpriram isso, e as alocações foram muito mais generosas em termos de área do que nos Estados Unidos e na maioria dos outros países latino-americanos.

No entanto, até recentemente, a maior parte dessas terras ficava em áreas florestais pouco habitadas, principalmente na Amazônia. Algumas tribos se queixavam de serem excluídas de áreas valorizadas, sobre as quais tinham reivindicações históricas igualmente fortes.

Enquanto isso, a agricultura brasileira cresceu fortemente nos últimos anos, em grande parte graças ao apetite asiático por matérias-primas. Só a área para o plantio de soja cresceu cerca de 40 por cento na última década.

No mês passado, representantes indígenas invadiram o plenário da Câmara dos Deputados em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar as terras indígenas.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, anunciou que o Executivo está trabalhando para, dentro das limitações legais, esclarecer o processo de demarcação e que além da Funai serão ouvidos o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Cidades, entre outros órgãos.

RECUPERANDO TERRAS, 150 ANOS DEPOIS

Dilma estava ciente das disputas, mas a força do protesto do mês passado em Mato Grosso do Sul a convenceu de que a situação havia alcançado um novo grau de urgência. O relatório subsequente dos seus assessores traçou um quadro claro de abusos por parte da Funai, segundo as fontes governamentais.

Uma dessas fontes disse que Dilma ficou "indignada" de saber que antropólogos da Funai haviam recebido praticamente carta branca para determinar quais terras desapropriar, sem
CONT.



levar em consideração se essas áreas eram produtivas.

No Rio Grande do Sul, a Funai está estudando a desapropriação de cerca de 30 áreas, inclusive uma que descendentes de colonos europeus controlam desde 1872, segundo Irineu Orth, diretor da seção gaúcha da Aprosoja, entidade que reúne produtores de milho e soja.

"Garanto a vocês que em 1988, quando o Estado foi informado de que deveria reservar terras para os indígenas, não havia um só índio na maioria dessas áreas", disse Orth.

Os ministérios da Agricultura e Meio Ambiente, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), agora também se pronunciarão sobre as terras a serem demarcadas.

"Precisamos escutar outras vozes", disse a ministra-chefe da Casa Civil em uma turbulenta audiência no Congresso onde ela anunciou as novas medidas, em 8 de maio.

"ENORME PASSO ATRÁS"

A sede da Funai, em Brasília, rejeitou repetidas solicitações para comentar o assunto, mas a associação dos seus funcionários divulgou nota na sexta-feira "repudiando" a atitude de Dilma e acusando a presidente de usurpar os direitos da Funai sobre a demarcação de terras indígenas.

Uilton Tuxá, chefe da tribo Tuxá, na Bahia, disse por telefone que a decisão de Dilma sobre a Funai foi "um enorme passo atrás para os povos indígenas no Brasil".

No mês passado, ele participou de um protesto no Congresso e agora ele diz que pretende se reunir com líderes locais do PT para tentar reverter a nova postura do governo.

Algumas organizações não-governamentais dizem que Dilma favorece consistentemente os interesses da iniciativa privada em detrimento de considerações mais "suaves", como o meio ambiente.

Mesmo antes da nova postura, a demarcação de terras no governo Dilma já vinha sendo mais lenta do que nos governos dos seus dois antecessores imediatos, segundo dados oficiais.

A implicação disso é que "só se deve demarcar terra ruim como indígena", disse Marcio Santilli, fundador da ONG Instituto Sócio-Ambiental e ex-presidente da Funai. Ele disse que a Embrapa e outros órgãos "não estão qualificados" para tomarem decisões sobre isso.

Outros, no entanto, argumentam que o que começou como um esforço nobre para corrigir erros históricos escapou ao controle no ano passado.

"Estou aplaudindo de pé", disse a juíza federal Eliana Calmon, ministra do Superior Tribunal de Justiça. Ela disse que o sistema anterior deixava aos juízes pouca margem para contestar as decisões da Funai, mesmo quando havia injustiças óbvias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 082 / 2013

Brasília, 16 de maio de 2013.

"Quando chega aqui, o que podemos dizer? Não somos antropólogos. Isso nos deixava de mãos totalmente atadas", disse ela.

Não está claro se a decisão de Dilma sobre a Funai, que foi altamente técnica, e não amplamente divulgada, será suficiente para acalmar os envolvidos.

Há apenas duas semanas, cerca de 70 agricultores foram à terra xavante Marãiwatsédé, em Mato Grosso, tentar retomar suas terras à força, segundo o coordenador regional da Funai, Paulo Roberto de Azevedo Jr.

"Alguns dos invasores tentaram voltar", disse ele, sem dar detalhes. "Eles foram contidos."

A ministra Eliana disse entender o dilema que os políticos enfrentam. "Você está lidando com cinco séculos de história", afirmou. "Realmente, pode-se dizer que tudo no Brasil é dos índios - então onde parar?"



Alves e frente ruralista vão debater demarcação de terras indígenas com Temer
SÍTIO RURALCENTRO, 15.05.2013

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, acompanhado de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), serão recebidos pelo vice-presidente da República, Michel Temer, para tratar sobre a demarcação de terras indígenas e a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

No encontro, que ocorrerá às 18 horas, em local a definir. Estarão presentes também o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União (AGU), Luís Adams.

Presidente em exercício da FPA, o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) elogiou a iniciativa do presidente da Câmara. "O presidente Henrique Eduardo Alves conseguiu que o vice-presidente da República, a pedido da presidenta Dilma, capitaneasse um processo de negociação, e nós pudéssemos pôr um fim a essa questão que está causando problemas em todo o Brasil."

Salvaguardas institucionais

A bancada do agronegócio cobrará do advogado-geral o cumprimento da Portaria 303/12 da AGU, que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na petição que trata da reserva Raposa Terra do Sol, em Roraima.

"Nós insistimos na Portaria 303/12. A discussão que já tivemos com o ministro Adams irá continuar amanhã", explicou Luiz Carlos Heinze. "Nós precisamos de uma definição dessa questão porque isso, de certa forma, disciplina os abusos que a Funai está cometendo neste momento. Já cria regras a partir da decisão do STF. Nós queremos regras claras, e não fazer o que a Funai está fazendo."

Aprovação pelo Congresso

Heinze também defendeu Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que retira o poder da Funai e do Poder Executivo de promover a demarcação das reservas no País. Segundo a proposta, a fundação permanece com o direito de fazer o levantamento das áreas a serem demarcadas, mas o decreto de demarcação só pode ocorrer depois da aprovação da proposta pelo Congresso.

"Nós queremos que não só o Executivo trate do assunto da demarcação das terras indígenas, mas também a Câmara e o Senado Federal", argumentou Heinze. "Afim, nós somos a representação do povo brasileiro e também queremos opinar."



Estudo da Embrapa demonstra que presença indígena em 15 áreas do Paraná é uma fraude. Ou: Como trabalha a Funai
SÍTIO REVISTA VEJA, 16.05.2013

Não! É claro que eu não vou desistir de denunciar o esbulho que está acontecendo no campo por conta dos aloprados da Funai. Querem ver como são as coisas? Então eu conto.

A Funai indicou 15 áreas no Paraná para demarcá-las como reservas indígenas, principalmente nos municípios de Terra Roxa e Guaíra. Há décadas, essas áreas abrigam propriedades rurais, com os títulos devidamente regularizados. Em fevereiro, em visita ao Show Rural realizado em Cascavel, representantes dos produtores rurais — ATENÇÃO, PEQUENOS PRODUTORES!!! — procuraram a presidente e pediram a sua intervenção. Ela determinou, então, que a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) — que é, sim, paranaense — acompanhasse o caso.

Gleisi já sabia o que queria a Funai. Resolveu pedir que a Embrapa lhe apresentasse um estudo sobre a ocupação daquela região, as características da terra etc. Se os pressupostos da Funai se comprovassem, paciência!

Há duas semanas, a Embrapa concluiu seu trabalho. Apelando até a imagens de satélite, a empresa pública descobriu que a “ocupação indígena” da região nada tem de “histórica”. É recentíssima! ATENÇÃO: A PRESENÇA MAIS ANTIGA DE ÍNDIOS NAS ÁREAS QUE A FUNAI QUER DEMARCAR DATA DE 1990!!!, numa região batizada de Tekoha Porã. Os índios supostamente “originários” migraram de Naviraí, Mato Grosso do Sul. Estão ocupando um pedaço da malha urbana da cidade de Guaíra. Esses “povos tradicionais” da Funai vivem da caça e da pesca? Chamam a Lua de “Jacy”??? Não! Recebem Bolsa Família e cesta básica doada pelo governo. Quem produz a comida da cesta são os agricultores brasileiros, aqueles de quem a Funai quer tomar as terras.

Agora o mais espantoso: em dez das 15 áreas, os índios só começaram a aparecer em... 2007!!! Em outras cinco, a presença indígena data de 2012. É, leitor!!! Os “povos indígenas” nessa área do estado estão lá, TRADICIONALMENTE, desde o ano passado!!!

Mais um pouco: EM QUATRO DAS 15 ÁREAS, NEM MESMO EXISTEM ÍNDIOS. Parece que a Funai ainda não conseguiu importá-los. A ministra enviou o estudo ao Ministério da Justiça, pasta à qual a Funai está subordinada, sugerindo que as demarcações sejam suspensas. Gleisi quer que a Embrapa, doravante, analise todos os “estudos” da Funai. “Não resolveremos uma injustiça cometendo outras”, diz a chefe da Casa Civil.

Gleisi, obviamente — e quem poderia ser contrário? —, acredita que os índios devem ser assentados e ter acesso a programas de renda, saúde, educação etc. Mas sem expulsar produtores rurais e sem mistificações.

O único “povo tradicional” nas áreas reivindicadas pela Funai são os produtores rurais. Os índios ali presentes são uma falsificação da história, de que a Funai é a principal protagonista.



CONT.

Marta Azevedo, só por essa questão do Paraná, tem de ser sumariamente demitida. Ainda que seja louca por índios e só pense em protegê-los, ocupa uma função de estado. E os milhares de paranaenses que seriam prejudicados pelos estudos fraudulentos da Funai também são brasileiros, que estão sob a proteção da lei.

Lobby

O lobby indigenamente correto está tentando ligar a atuação de Gleisi a uma eventual candidatura ao governo do Paraná em 2014. Se será candidata ou não será, não sei. Tem o direito de pleitear. Ser ou não ser candidata não muda o resultado do estudo feito pela Embrapa. A presença indígena nas 15 áreas do Paraná que a Funai quer demarcar é uma fraude.



Indígenas permanecem em área de fazenda em MS, diz Funai

SÍTIO GLOBO.COM, 15.05.2013

Índios terenas pedem a aceleração do processo de demarcação da área. Justiça determinou reintegração de posse no local.

Os cerca de 180 indígenas da etnia terena continuam na área da fazenda Buriti em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, segundo informações da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os indígenas ocuparam a área lateral da propriedade na madrugada desta quarta-feira (15). Os terenas reivindicam a aceleração do processo de demarcação da Terra Indígena Buriti.

Segundo a assessoria de imprensa da Funai, o Chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai, em Sidrolândia, Jorge das Neves, está na fazenda Buriti acompanhando a situação. Índios de cinco aldeias da Terra Indígena Buriti ocupam três áreas da região: Fazenda Santa Helena, Fazenda Querência e a área em volta da Fazenda Buriti.

Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), os indígenas fizeram reféns no local. A dona da fazenda, Jussimara Bacha, disse que houve gritos e tiros durante a invasão. A Funai nega essa informação e diz que os terenas não fizeram reféns e não estão armados, mas dispararam fogos de artifício. De acordo a Funai, os indígenas estão do lado de fora da porteira que dá acesso a sede e não entraram na fazenda.

O proprietário da fazenda, Ricardo Bacha, entrou com um pedido de reintegração de posse, que foi deferido, em caráter liminar, na tarde desta quarta-feira pelo juiz da 1ª Vara Federal de Campo Grande, Renato Toniasso. A decisão judicial determina que os mandados de reintegração de posse sejam cumpridos com urgência e requisita força policial na região.

Segundo informações da Polícia Federal, uma equipe de policiais está no local e vai passar a noite na região em negociação com os indígenas.

Terra Indígena

A Terra Indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área, localizada entre Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, foi delimitada em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) e abrange 17.200 hectares. Após a declaração, o processo segue para a Casa Civil, para a homologação da presidência da República, o que ainda não foi feito.

Durante nove anos, as comunidades indígenas aguardaram a expedição da portaria declaratória. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da Funai, mas decisões judiciais suspenderam o curso do procedimento demarcatório.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), em julgamento colegiado realizado em 2006 e com base nas perícias judiciais, deu provimento aos recursos do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) para, reformando a sentença proferida em 1ª instância, declarar a terra como de ocupação tradicional indígena.



Terras indígenas em MT podem alcançar tamanho do Estado do PR SÍTIO CELEIRO DO NORTE, 15.05.2013

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215), que atribuirá ao Congresso Nacional, e não mais à Fundação Nacional do Índio (Funai), a competência para a demarcação de Terras Indígenas (TI's) no país é defendida por produtores rurais mato-grossenses. O Estado possui 67 TI's, que correspondem a 12,5 milhões de hectares. Além das terras já homologadas, Mato Grosso tem 25 áreas em processo de demarcação. A área indígena total no Estado alcançará 19 milhões de hectares, mesma dimensão do Estado do Paraná. Municípios como Juína, Brasnorte, Marcelândia e Apiacás poderão sofrer grandes perdas econômicas com as novas demarcações.

A Funai está concluindo um estudo para revisão dos limites da TI Enawenê-Nawê, que abrange os municípios mato-grossenses de Juína, Sapezal e Comodoro. Atualmente, essa TI possui 742 mil hectares e a proposta é ampliá-la para mais 600 mil ha, transformando-a em cerca de 1,3 milhão ha. Aproximadamente 400 produtores rurais que possuem propriedades em Juína, próximas aos rios Preto, Juína Mirim, Juína, Juíno e Juruena, correm o risco de perder suas terras caso a TI Enawenê-Nawê seja ampliada. "Se a área for ampliada, ficará inviável economicamente morar em Juína, o que afetará toda a população do município. A sociedade também precisa ser ouvida nos processos de demarcação de TI's, por isso defendemos a aprovação urgente da PEC 215", comentou o membro da diretoria do Sindicato Rural de Juína, Ronaldo Zan.

Já em Brasnorte, a Justiça Federal anulou a portaria da Funai que pretendia ampliar a TI Menkü, mas o órgão ainda pode recorrer da decisão. A área possui 47 mil hectares, mas caso a ampliação seja aprovada, chegará a 147 mil hectares. A nova demarcação atingiria cerca de 120 produtores rurais que estão na área há mais de 30 anos e têm os títulos emitidos pelo governo do Estado, comprovando a posse da terra. "A decisão tranquilizou um pouco os produtores rurais do município, mas segurança, mesmo, só teremos com a aprovação da PEC 215", afirmou o vice-presidente da Associação dos Proprietários Rurais Pesquisa Rio Preto (Aprur), Valdir Ostetti.

Em Marcelândia a preocupação é com a ampliação da Terra Indígena Rio Arrais. Atualmente, 200 mil hectares do município estão localizados no parque, mas a Funai quer ampliar o território em mais 500 mil hectares. "O órgão já começou a fazer os primeiros estudos topográficos da área, por isso precisamos fazer com que a PEC 215 se torne uma realidade logo", comentou o presidente do Sindicato Rural de Marcelândia, Agenor Veira de Andrade Neto.

"A Famato e todos nós, produtores brasileiros, defendemos a PEC 215 porque queremos mais transparência e imparcialidade nos processos de demarcação de áreas indígenas. Quem propõe a criação ou ampliação de TI's não pode ser o mesmo órgão que julga estas propostas. Essas ampliações impactam na economia local e na vida das famílias", explicou o diretor de Relações Institucionais da Famato, Rogério Romanini.



Lideranças indígenas questionam submissão de estudos de demarcação à Embrapa
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 15.05.2013

Ativistas querem derrubar também PEC 215, que transfere poder de demarcação do Executivo para o Legislativo

São Paulo – A primeira reunião da comissão paritária na Câmara dos Deputados que debaterá temas relacionados a terras indígenas foi realizada ontem com seis parlamentares e dez lideranças indígenas. Ficou definido que haverá uma audiência pública em meados de junho para debater a decisão do Poder Executivo de submeter os estudos sobre demarcação e delimitação de terras indígenas à análise da Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (Embrapa) em alguns estados.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, disse, na semana passada, ao final de audiência pública na Comissão de Agricultura,



Para o Cimi, não há legitimidade ou fundamentação legal para essa iniciativa, que tem 'cunho político'

Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara que a demarcação nos estados de Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também deve ser submetida a parecer da Embrapa. Recentemente, a ministra já havia pedido ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem está subordinada a Fundação Nacional do Índio (Funai), a suspensão de estudos para demarcação de terras indígenas no Paraná.

"Nós já temos mais três estados em que as informações estão sendo levantadas pela Embrapa: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E se essas informações demonstrarem divergências ou não tiverem consistência com o que está sendo levantado pela Funai nos estudos iniciais, nós vamos tomar o mesmo encaminhamento", disse a ministra. PEC 215

Em entrevista à Rádio Brasil Atual, o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzzato, afirmou que não há legitimidade ou fundamentação legal para essa iniciativa. "É uma iniciativa de cunho político e que prejudica os povos do Brasil. Entendemos que, por não terem legitimidade, os relatórios não deverão ser considerados nos procedimentos de demarcação. Os direitos dos povos devem ser respeitados e os procedimentos em andamento não devem ser cancelados em função destes relatórios."

No encontro de ontem foi decidido também que haverá uma audiência pública para debater a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere o poder da demarcação de terras

CONT.



indígenas, da criação de unidades de conservação ambiental e da titulação de terras quilombolas do Executivo para o Legislativo. Para o Cimi, a PEC 215 é iniciativa da bancada ruralista da Câmara.

O deputado federal Padre Ton (PT-RO), que preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas na Câmara, avaliou a primeira reunião da comissão paritária como positiva. Ele destaca um requerimento aprovado sobre o pedido de informações a respeito da consulta prévia das comunidades indígenas para a realização de obras. "O Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ou seja, para empreendimentos e construções de grande porte, como as hidrelétricas, tem de ser feita uma consulta prévia. Nós estamos pedindo à Secretaria-Geral da Presidência informações de como o governo está fazendo isso."

Povo Paiter Surui pode criar a primeira universidade indígena Brasileira

SÍTIO NOTÍCIA NA HORA, 15.05.2013



Foram quatro dias de experiência, conhecendo a Universidade Indígena da Venezuela. Amir Surui, Ivaneide Bandeira, Arildo Surui e Chicoepab Surui, representando as Associações Kanindé, Metareilla e ECAM, foram conhecer de perto a estrutura da UIV, Universidade Indígena da Venezuela, criada há 12 anos e que acaba de ser reconhecida formalmente pelo governo venezuelano. Foi o último ato, em relação aos indígenas, do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Até então a estrutura era mantida apenas por voluntários. "Ficamos impressionados com a estrutura que eles mantêm, com o sistema de gestão e os programas adotados", explicou Ivaneide

Bandeira. A UIV atende 100 alunos, de nove povos diferentes. A maioria da etnia Ye' Kawana, mas têm também os Warão, Yukpa, Mako, Shinano, E'ñepa, Huottoa, Jiv, Punê, Karina, Pernon.

Como funciona a Universidade Indígena da Venezuela

Todos os professores são voluntários e a coordenação é indígena. A Venezuela possui o Ministério dos Povos Indígenas, e a UIV é uma universidade singular projetada para oferecer uma modalidade de educação intercultural e experimental para estudantes originários das comunidades indígenas na Venezuela. Ao acessar a conexão por satélite da universidade, que foi disponibilizada pelo programa do governo denominado Infocentros, os estudantes podem usar a internet para compartilhar imagens das atividades, das instalações e da natureza deslumbrante ao redor do campus de 2 mil hectares localizado em Tauca, no estado de Bolívar.

Durante as aulas os alunos aprendem a valorizar a própria cultura, os sistemas de agricultura tradicional, com SAF – sistema agroflorestal, conteúdo comum para todos. "Isso fortalece a relação dos índios com a terra e a natureza", ressalta Almir Surui.

O conteúdo oferecido inclui além de história e geografia, sistema de governança política, agricultura, marcenaria, criação de pequenos e grandes animais, como peixes, patos e búfalos.

O mais interessante é que essa modalidade de ensino garante a inclusão dos povos indígenas garantindo um ensino diferenciado, o que não ocorre no Brasil, ressalta Ivaneide Bandeira. Hoje o sistema, valoriza apenas a cultura do homem branco. O ensino bilíngüe nas escolas indígenas não pode ser considerado diferenciado, apenas replicamos.

CONT.

Universidade Indígena do Brasil Paiter

A partir dessa visita a Associação Metareila, com o apoio dos parceiros, pretende implantar na cidade de Cacoal, onde hoje está instalado o Centro de Formação Paiter Suruí, a Universidade Indígena do Brasil Paiter Suruí, garante Almir Suruí, líder maior dos Paiter Suruí. Mas essa universidade será para indígenas e não indígenas, explica Ivaneide Bandeira. A idéia é incluir as duas culturas e atender a todos os públicos. Essa ação faz parte do Plano de gestão 50 anos do Povo Paiter Suruí.



Já temos muitos indígenas fazendo curso superior nas faculdades e universidades espalhadas pelo Estado, mas com uma universidade indígena vamos fortalecer a relação dos índios com a terra e a natureza, já que o conteúdo vai valorizar a cultura dos indígenas.



Governo do Estado debate educação indígena em encontro na Capital

SÍTIO SURGIU, 15.05.2013

O Encontro de Agentes Educacionais das Escolas Indígenas, que deve reunir cerca de 250 educadores Indígenas

Educadores indígenas de todas as etnias do Tocantins participam a partir desta quarta-feira, 15, de um encontro promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Durante dois dias, os profissionais vão compartilhar informações e debaterão sobre as melhorias da Educação.

O Encontro de Agentes Educacionais das Escolas Indígenas, que deve reunir cerca de 250 educadores Indígenas, é realizado o dia no auditório do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar (QCG), em Palmas. Entre os assuntos na pauta estão: orientações sobre patrimônio, avaliação de desempenho, alimentação escolar e portal da transparência.

A abertura do evento acontece com a apresentação do documentário 'Da luz da vida à água que morre', uma reflexão sobre o povo Xerente, da jornalista Monise Busquetes.

Programação

Nesta quarta-feira, a partir das 16h, haverá uma palestra sobre "A educação e proteção integral da criança e do adolescente no ambiente escolar", com Rodrigo Barcelos.

Na quinta-feira, 16, às 8 horas, haverá apresentações do Coral da Universidade Católica do Tocantins. Em seguida, serão realizadas discussões sobre o programa 'Mais Educação' e sobre a Instrução Normativa da Educação Indígena.

Outros encontros

Nesta quarta-feira, 15, também tem início o Encontro do Parlamento Jovem Tocantinense, na Assembléia Legislativa do Tocantins. E agentes educacionais das escolas regulares ainda se participam de encontro na Escola Municipal Eurídice Ferreira de Melo, Aurenny 3 . A previsão é que cerca de 1.700 pessoas participem dos três encontros.

A reunião dos educadores das escolas regulares terá a participação de 940 pessoas. Na programação está previsto apresentações culturais com os alunos do Colégio Militar e dos músicos Anne Raelly e Fábio Geriz. A primeira palestra será realizada às 9 horas, sobre o tema "O líder e seu papel como gestor de mudanças", com a professora Leila Roque.

O objetivo do evento é promover o compartilhamento de informações sobre as questões pedagógicas, administrativas e financeiras das 547 unidades escolares.

Professores de escolas indígenas participam de encontro

SÍTIO REDE TOCANTINS DE NOTÍCIAS, 15.05.2013



A ideia é discutir meios para fomentar a educação indígena no estado

Orcidália acrescenta que neste primeiro dia do evento as palestras serão voltadas aos aspectos administrativos das escolas. Já na quinta-feira, o foco serão as ações pedagógicas. "No segundo dia do evento apresentaremos todas as ações que a Seduc visa implementar ao longo de 2013 para as escolas indígenas", afirma.

Debater para fomentar

Para a educadora Carmelita Krtidi Xerente, professora na Escola Indígena Skawe, da Aldeia Boa Esperança, localizada a 18 quilômetros de Tocantínia, o encontro está sendo de muita relevância, pois contribui para melhorar sua formação. "Cada vez que a gente se reúne em um encontro é muito importante, pois a gente adquire vários conhecimentos, ainda mais que aqui tem várias etnias. Isso é muito bom para enriquecer a educação dos povos indígenas", declara. Carmelita conta que leciona para 12 crianças indígenas entre 6 e 12 anos.

O diretor da Escola Temanaré, Ademir Kurisiri, localizada na aldeia São João, no município de Formoso do Araguaia, conta que na escola em que trabalha são atendidos 113 estudantes indígenas do primeiro ano do ensino fundamental até o primeiro ano do ensino médio. Ademir diz que as informações obtidas por meio do encontro serão de fundamental importância para o melhor desenvolvimento das atividades na escola, inclusive na captação de recursos. "Temos 113 alunos e desenvolvemos atividades diversas oferecendo material escolar e merenda, e este encontro ajudará a melhorar a questão da dificuldade que temos em obter recursos", acrescenta.

Programação

O encontro reúne cerca de 110 pessoas, dentre gestores e professores de 91 escolas indígenas do Estado e segue até esta quinta-feira, 16, com atividades durante todo o dia. No período da manhã, às 8 horas, deve ocorrer a apresentação do coral da Faculdade Católica do Tocantins e logo em seguida as palestras "Orientações sobre o Programa mais Educação", "Orientações sobre a Instrução normativa da Educação Indígena" e "Orientações sobre a Proposta de alfabetização".



Polícia Federal está a caminho de Fazenda e pode haver confronto com indígenas
SÍTIO NOTICIDADE, 15.05.2013

A Polícia Federal está a caminho da fazenda Buriti que fica ao lado do complexo de várias aldeias na região.

Os indígenas fizeram o filho e a esposa de Ricardo Bacha refém, foi o que disse o fazendeiro hoje pela manhã em entrevista exclusiva ao Noticidade por telefone. Ricardo Bacha afirmou ainda que houve disparos de tiros à noite por parte dos índios na intenção de intimidar os moradores da fazenda.

Nossa reportagem ligou para líderes indígenas que afirmaram que não houve uso de armas e a retomada da fazenda é pacífica, caso não haja resistência.

O Sindicato Rural de Sidrolândia afirmou com exclusividade a nossa reportagem que a Polícia Federal foi acionada e já está a caminho da fazenda.



Funai diz que situação é tensa, mas nega que índios estejam armados

SÍTIO REGIÃO NEWS, 15.05.2013

O grupo passa de 350 indígenas que ocupam três fazendas, além da Buriti, eles tomaram por inteiro a Querência São José e Santa Helena

A Funai (Fundação Nacional do Índio) nega que os índios invadiram a fazenda Buriti, em Sidrolândia, estejam armados ou tenham feito reféns a mulher e o filho da propriedade, tenham sido feitos reféns. Os terena usaram fogos de artifícios. São 350 indígenas que ocupam três fazendas, além da Buriti, eles tomaram por inteiro a Querência São José e Santa Helena, onde já estavam desde o início do ano. Conforme a Funai, o clima é considerado tenso, no entanto, não houve tiroteio e a decisão de tomar por completo as duas propriedades e entrar na Buriti foi acordada em uma reunião na tarde desta terça-feira. A Funai afirmou que já comunicou a Polícia Federal sobre os acontecimentos.

Os terena, segundo a Funai, não pretendem deixar as fazendas.

Às 4h30 da manhã de hoje, de acordo com a proprietária da fazenda Buriti, Jussimara Bacha, índios chegaram pela estrada armados e atirando. Por volta das 23h eles já tinham entrado na fazenda vizinha, onde fizeram um segurança refém. A primeira tentativa foi de entrar pelos fundos da Buriti e chegar até a sede. Houve reação dos seguranças da propriedade e os indígenas recuaram.

No início da manhã, a proprietária conseguiu visualizar cerca de 100 indígenas ocupando o pasto da fazenda. Na sede estão além de Jussimara e o filho, um casal de funcionários, três crianças e dois seguranças.

Disputa – Índios terena ocupam desde maio de 2011, a fazenda 3R, também da família Bacha. A série de ocupações é parte da reivindicação dos 17 mil hectares da aldeia Buriti que estão na posse de fazendeiros e que foram identificados em 2011 como terras indígenas. Atualmente, cerca de cinco mil índios vivem em apenas 2,1 mil hectares.

Disputa - No dia 02 de agosto de 2001, a Funai identificou 17.200 hectares como Terra Indígena Buriti. No mesmo ano, fazendeiros da região solicitaram a nulidade da identificação antropológica, através de uma Ação declaratória na Justiça Federal de Campo Grande. Durante este período a demarcação ficou paralisada.

Em 2004, o Juiz Federal de Campo Grande, Odilon de Oliveira, deu a sentença do processo, decidindo contra os direitos territoriais do povo Terena.